

Roriz muda a política de saúde

DF - saúde

GOVERNADOR AUTORIZA REFORMA NO HOSPITAL DE BRAZLÂNDIA, DETERMINA A RECUPERAÇÃO DE OUTRAS UNIDADES E A DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DA SECRETARIA

Danielly Viana

“**D**ia 27 de fevereiro será considerado o dia da saúde pública no Distrito Federal”, afirmou o governador Joaquim Roriz, que, na manhã de ontem, determinou às secretarias de Infra-estrutura e Obras e a de Saúde, por meio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), o início as obras de reformas do Hospital Regional de Brazlândia. Além disso, o governador também assinou a ordem de serviço que autoriza a construção do estacionamento em frente ao Hospital.

O governador anunciou que ontem começaram a ser concretizadas as decisões tomadas na área de saúde. “Para mim, 27 de fevereiro se torna uma data histórica”, disse. Junto a autorização para reforma do hospital de Brazlândia, todos os demais hospi-

tais do DF também serão recuperados. “Tomei a decisão de vir a Brazlândia porque esse hospital tem urgência em dar início as suas obras”.

Uma voz no meio da multidão que escutava atentamente o pronunciamento do governador, fez soar um eco de dúvidas em relação ao transporte. “Governador, e sobre o transporte? Os do hospital estão todos sucateados. Aqui, a gente transporta os pacientes e corre risco”. Roriz tranquilizou o funcionário, informando que a reforma estava direcionada a tudo no local.

O governador adiantou que ontem mesmo encaminharia à Câmara Legislativa mensagem propondo mudanças no sistema de gestão administrativa da rede pública. Ele também determinou ao secretário da saúde, Arnaldo Bernadino, que adotasse medidas administrativas para melhorar o atendimento médico-hospitalar do

DF. Entre as ações governamentais, enfatizou a descentralização orçamentária para as unidades hospitalares, dando-lhes maior autonomia financeira e de gestão. “O plano emergencial é para nunca mais ouvirmos na mídia que a saúde do DF é um caos. Isso envergonha os governantes”, afirmou Roriz.

Outra ação será a criação de cargos de supervisão das atividades administrativas e operacionais para a gestão hospitalar. “Vamos criar alguns cargos de supervisão de atividades administrativas. Assim, o secretário de saúde não vai mais cuidar de obras e sim da saúde. As responsabilidades das obras físicas serão dos futuros supervisores”, acrescenta.

A adoção de mecanismos de aquisição de medicamentos, na Central de Compras, que assegurem o abastecimento de remédios à população, reduzin-

do-se as compras de caráter emergencial, é outra ação imposta pelo governo. Além disso, a valorização das atividades de chefias nas unidades hospitalares mediante a elevação do nível de remuneração e a criação de incentivos para profissionais de saúde que trabalham em unidades da rede hospitalar localizadas na zona rural, também faz parte do plano emergencial.

O governo ainda se empenhará na valorização do trabalho do servidor que participa das ações emergenciais que vão atender a demanda de cirurgias e de atendimento ambulatorial e reformará as unidades da rede de saúde pública. “Estas reformas não serão rápidas porque não podemos interromper o atendimento, mas a partir de hoje (ontem), vamos trabalhar para não termos nenhum hospital em má condição”, enfatiza o governador.

AS AÇÕES

- 1 – Descentralização orçamentária para as unidades hospitalares, dando-lhes maior autonomia financeira e de gestão;
- 2 – Criação de cargos de supervisão das atividades administrativas e operacionais para a gestão hospitalar;
- 3 – Adoção de mecanismos de aquisição de medicamentos, na Central de Compras, que assegurem o abastecimento de remédios para a população, reduzindo-se as compras de caráter emergencial;
- 4 – Valorização das atividades de chefias nas unidades hospitalares mediante a elevação do nível de remuneração;
- 5 – Criação de incentivos para profissionais de saúde que trabalham em unidades da rede hospitalar localizadas na zona rural;
- 6 – Reforma física das unidades da rede de saúde pública do DF com a realização de obras de infra-estrutura;
- 7 – Valorização do trabalho do servidor que participa das ações emergenciais que vão atender a demanda de cirurgias e de atendimento ambulatorial.